

Apresentação

Lino de Carvalho foi eleito Deputado à Assembleia da República, pelo círculo de Évora, nas eleições de 19 de Julho de 1987. Ao longo de quase dezassete anos, protagonizou uma intensa e qualificada actividade parlamentar. Foi Vice-Presidente da Assembleia da República e do Grupo Parlamentar do PCP. Foi membro da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa. Integrou as Comissões Parlamentares de Economia e Finanças, de Execução Orçamental, de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, para além de diversas Comissões Eventuais. Na sua actividade parlamentar abarcou um conjunto muito diverso de áreas, com particular destaque para as questões económicas e sociais, e conjugou uma intensa intervenção sobre assuntos de interesse nacional e internacional, com uma atenção constante aos problemas específicos do seu círculo de eleição.

A intervenção parlamentar de Lino de Carvalho não cabe no espaço de um livro. As iniciativas legislativas e parlamentares que subscreveu e em cuja elaboração participou decisivamente, e as muitas intervenções que produziu, ficaram registadas em milhares de páginas do Diário da Assembleia da República. Seleccionar, de entre a vasta obra parlamentar de Lino de Carvalho, um conjunto de intervenções que reflectam os seus traços essenciais, não é difícil. A dificuldade está em escolher as muitas intervenções que não podem ser incluídas para não exceder a dimensão razoável de uma publicação.

A elaboração deste livro que a Assembleia da República em boa hora decidiu editar, teve desde logo de obedecer a critérios. Em primeiro lugar, critérios positivos, de inclusão. Tratou-se de encontrar um conjunto de intervenções significativas da actividade parlamentar de Lino de Carvalho que reflectissem a diversidade das suas áreas de intervenção política e que dessem ao mesmo tempo uma visão das suas próprias prioridades e dos seus pontos mais marcantes. Depois, inevitavelmente, critérios negativos, de não inclusão, devido às naturais limitações de espaço.

Uma primeira definição de critérios levou a incluir tão só, as declarações políticas, as intervenções iniciais de apresentação de projectos de lei do PCP, as intervenções de fundo em Interpelações ao Governo da iniciativa do PCP, e as intervenções em alguns debates especialmente marcantes a que adiante se fará referência. De fora, teriam de ficar uma imensidão de pedidos de esclarecimento a oradores, de intervenções nos mais diversos debates e processos legislativos da iniciativa do Governo ou de outros grupos parlamentares, de curtas intervenções sobre inúmeros assuntos. Feita esta selecção, o resultado obtido ultrapassava a dimensão incomportável de 1200 páginas. Reduzir mais de metade, para obter a presente publicação, obrigou a opções dilemáticas e tornou necessária uma breve apresentação desta edição, não tanto para justificar o que se inclui e se justifica por si, mas sobretudo para referir o que não se inclui e não merece ser ignorado.

Na definição dos critérios e na escolha concreta das intervenções a incluir, teve uma palavra decisiva a Dr.^a Ana Serrano, cujo empenho na organização desta obra não pode deixar de ser referido nesta apresentação, mas que não estou em condições de agradecer, porque, parafraseando o poeta, não posso dar-lhe o que é seu.

As intervenções seleccionadas da V Legislatura (1987-1991), correspondente à primeira maioria absoluta do PSD, incidem na sua maioria sobre política agrícola e florestal e têm como pontos altos, a primeira declaração política de Lino de Carvalho, em 29 de Outubro de 1987, sobre as conclusões da 11.^a Conferência da Reforma Agrária, a sua primeira intervenção numa Interpelação ao Governo precisamente sobre a agricultura portuguesa, e o debate sobre as Propostas de Lei de Bases da Reforma Agrária em 28 de Junho de 1998 e dos Baldios em 30 de Novembro de 1990. Não puderam ser incluídas intervenções no debate dos Orçamentos do Estados e das Grandes Opções do Plano para 1989 e 1991, na II Revisão Constitucional em 1989, nem sobre diversos assuntos, como o arrendamento florestal, a política agrícola, o desenvolvimento económico e social do distrito de Évora, os acontecimentos ocorridos em 1989 no leste europeu, o Serviço

Nacional de Protecção Civil, o Recenseamento Geral da População, ou a problemática dos incêndios florestais.

Da VI Legislatura (1991-1995), na qual se manteve a situação de maioria absoluta do PSD, incluem-se, como mais marcantes, intervenções sobre a Aprovação para Ratificação do Tratado da União Europeia em 10 de Dezembro de 1992, na sessão de homenagem ao Dr. Francisco Salgado Zenha em 16 de Dezembro de 1993, na Aprovação para Ratificação do Acordo sobre a Organização Mundial do Comércio em 15 de Dezembro de 1994. São também incluídas intervenções nomeadamente sobre a PAC, sobre a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, sobre a Reforma do Tribunal de Contas e sobre um conjunto relevante de projectos de lei do PCP versando os incêndios florestais, as Bases da Política Agrária, a Lei da Caça, o Rendimento Mínimo de Subsistência, ou a valorização dos tapetes de Arraiolos. Não puderam ser incluídas intervenções no debate dos Orçamentos do Estado para 1992 e 1994, sobre a Ratificação do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu, sobre as responsabilidades pelo vazamento da Barragem do Maranhão em 1991, sobre a seca que assolou o país e particularmente o Alentejo no ano de 1992, sobre os baldios, a situação da economia portuguesa, a política de turismo, a política agrícola e a PAC, a situação dos idosos e a exclusão social, a defesa dos viticultores portugueses face à Reforma da COM dos vinhos, a rede nacional de abate, os Estatutos da Casa do Douro, ou o Código Cooperativo.

Na VII Legislatura (1995-1999), de maioria relativa do PS, assumem destaque particular as intervenções proferidas nas sessões que assinalaram os vinte anos da participação de Portugal no Conselho da Europa em 27 de Setembro de 1996 e o 25.º aniversário do 25 de Abril de 1974, em 1998. Incluem-se ainda intervenções importantes sobre temas como as consequências económicas e sociais da Moeda Única, a crise social, as privatizações, a Reforma da Segurança Social, ou o Acordo Multilateral de Investimentos, para além da apresentação de projectos do PCP

nomeadamente sobre a criação do Museu do Douro ou do Observatório dos Mercados Agrícolas. Muitas intervenções desta VII Legislatura não puderam ser incluídas, versando os mais diversos assuntos. Desde logo, a intervenção no debate do Programa do XIII Governo Constitucional, em 9 de Novembro de 1995, e as intervenções nos debates sobre o Orçamento do Estado e as Grandes Opções do Plano para 1996, 1997, 1998 e 1999. Outros temas constantes de intervenções não incluídas, foram o sector industrial da metalomecânica pesada, a integração de Portugal na Política Comum de Pescas, o Código Cooperativo, a política de turismo, a Lei de Bases do Tribunal de Constas, a integração do sector têxtil nas regras da OMC, a integração de Portugal na 3.^a fase da União Económica e Monetária, a privatização do sector das telecomunicações, a Lei Orgânica do Banco de Portugal, as propostas comunitárias para o azeite, a legislação relativa ao seguro automóvel, o encerramento de empresas transnacionais, a Agenda 2000, as negociações da PAC, ou a Lei de Bases Gerais da Caça.

Da VIII Legislatura (1999-2002), que se concluiu prematuramente com a dissolução da Assembleia da República, são de destacar, de entre as intervenções incluídas, os debates sobre as Bases do Sistema Nacional de Segurança Social em 29 de Março de 2000 e sobre as medidas de reestruturação fundiária na área de intervenção do empreendimento de fins múltiplos do Alqueva em 27 de Setembro de 2001, nos quais estiveram em apreciação iniciativas legislativas do PCP em cuja elaboração Lino de Carvalho teve uma participação destacada. Incluem-se ainda intervenções nomeadamente sobre o urbanismo comercial (Programa PROCOM), sobre o controlo da BSE, a situação na TAP, ou a política fiscal. Porém, muitas intervenções com significado relevante não puderam ser incluídas. Foram os casos, por exemplo, para além dos debates sobre os Orçamentos do Estado, das intervenções proferidas sobre as tarifas da electricidade, o aumento do salário mínimo nacional, o inquérito parlamentar sobre a gestão da TAP, a qualidade do emprego, as pensões degradadas da Função Pública, a aplicação do Pacto de Estabilidade em 2001 e 2002, ou a abertura das comportas da Barragem do Alqueva em Fevereiro de 2002.

Na IX Legislatura, o critério seguido foi mais inclusivo. Inicia-se com a intervenção no debate do Programa do XV Governo Constitucional (PSD/CDS-PP) em 17 de Abril de 2002 e com uma declaração política sobre os primeiros 30 dias de Governo, em 23 de Maio. Incluem-se intervenções de apresentação de projectos de lei do PCP, sobre uma nova forma de financiamento da segurança social com base no valor acrescentado bruto, sobre a rearborização das áreas percorridas por incêndios florestais, sobre medidas de combate à evasão e fraude de contribuições ao regime de segurança social, sobre a dupla afixação de preços de bens e serviços, sobre os processos de deslocalização de empresas, sobre a inversão do ónus da prova no âmbito da prestação de serviço público, ou sobre a divulgação das remunerações dos administradores das sociedades cotadas em bolsa, dando testemunho de um elevado nível de elaboração legislativa. Publicam-se também intervenções sobre a Proposta de Orçamento do Estado para 2004, sobre o Pacto de Estabilidade e Crescimento, de preocupação quanto ao empreendimento do Alqueva, sobre a situação na TAP, de protesto contra a reintrodução de portagens na CREL, de crítica à posição tomada pelo Governo Português no ECOFIN sobre o Pacto de Estabilidade e Crescimento, ou ainda, de condenação do apoio do Governo Português à decisão unilateral dos Estados Unidos de desencadear a guerra do Iraque. Ficaram ainda assim por incluir, intervenções versando temas como a tributação das mais-valias nos impostos sobre o rendimento, a Lei da Estabilidade Orçamental, o Rendimento Social de Inserção, o regime jurídico da concorrência, a Casa do Douro, a participação de entidades estrangeiras no capital de empresas reprivatizadas, ou o debate sobre a Reforma Fiscal.

Em 5 de Maio de 2004, Lino de Carvalho interveio num debate de urgência, requerido pelo Grupo Parlamentar do PCP, sobre venda de empresas a entidades estrangeiras. Como sempre acontecia, esgotou todo o tempo de que dispunha para intervir e terminou, após a advertência do Presidente de que o seu tempo se tinha esgotado. Ninguém sabia, embora alguns de nós o receássemos, que aquela poderia ser a última

vez que falava no plenário da Assembleia da República, porque o seu tempo estava a esgotar-se para sempre. É essa intervenção que encerra este livro, mas não devia, porque o Lino merecia ter continuado a escrevê-lo.

António Filipe